

Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros – 1989-2006.

Resumo

O texto apresenta uma análise do perfil da representação no Senado, considerada a clássica distinção dos blocos ideológicos de esquerda, centro e direita. O estudo mobiliza dados relativos ao background sócio-ocupacional e à experiência política em cargos eletivos e não eletivos dos senadores que atuaram na Casa entre 1989 e 2006. Com base em tais dados, observam-se diferenças significativas no perfil dos senadores, conforme o bloco ao qual os parlamentares são filiados. O estudo confirma alguns aspectos de estudos sobre recrutamento e perfil parlamentar desenvolvidos sobre a Câmara dos Deputados e traz, ademais, informações novas para o reduzido leque de conhecimento sobre a representação no Senado e perfil dos senadores.

Palavras-chave: Senadores, blocos ideológicos, background social; trajetória política, perfil parlamentar.

Abstract

The paper presents an analysis of the representation in the Senado Federal, considered the classic distinction between the ideological blocs of left, center and right. The study mobilizes data –social and occupational background and political experience in elective and not elective office –about the senators who served in the Senado between 1989 and 2006. Based on these data, there are significant differences in the profile of senators, according to the block to which parliamentarians are members. The study confirms some aspects of studies on recruitment and parliamentary profile developed on the Câmara dos Deputados and brings, in addition, new information for the limited range of knowledge representation in the Senado and senators profile.

Keywords: Senators, ideological blocs, social background, political history, parliamentary profile.

1 – Apresentação

A redemocratização relativamente recente do sistema político no Brasil resgatou a importância do Legislativo federal como arena representativa – cujas funções envolvem, entre outras, a produção de políticas públicas, o zelo pela Constituição e pelas instituições democráticas, o controle dos governos, a fiscalização da administração pública e a aprovação de autoridades indicadas pelo Executivo para funções diversas no Estado e nos governos.

Com essa retomada democrática depois de longa fase militar, o poder legislativo e a representação parlamentar passaram a ocupar parte importante da agenda de pesquisa sobre o sistema político brasileiro. Desde início dos anos 90, estudiosos brasileiros e estrangeiros têm produzido um grande número de estudos acerca dos traços institucionais do atual sistema político e suas consequências sobre o desempenho dos governos e a qualidade da representação política no Brasil.

No tocante aos estudos que envolvem diretamente o poder Legislativo, o leque dessa agenda de pesquisa – designada *estudos legislativos* – tem sido bastante amplo, contemplando, entre outros, os seguintes focos: sistemas eleitorais e representação parlamentar; organização interna e funcionamento do Congresso Nacional; estrutura e funções do bicameralismo; características do presidencialismo de coalizão e de suas dinâmicas decisórias. Em todos os casos, o objetivo geral é apontar os traços relevantes da institucionalidade democrática no Brasil e explorar suas conexões com o perfil sócio-político da representação, com o comportamento dos legisladores e, sobretudo, seus efeitos no desempenho dos governos e na qualidade da representação política.

Na lista dos tópicos abordados pelos estudos legislativos, a qualidade da representação parlamentar ocupa lugar de destaque, seja na forma das análises qualitativas e quantitativas da produção legislativa, seja na forma dos estudos sobre o padrão de recrutamento parlamentar e suas relações com o perfil das elites alçadas ao poder legislativo. Este é o foco do presente texto, que apresenta uma análise sobre o padrão da representação parlamentar no Senado Federal de 1989 a 2006, tendo por base diversas variáveis sobre o perfil social e a experiência política dos senadores. Precisamente, o estudo busca entender se, e em que medida, o padrão de recrutamento parlamentar para a Câmara Alta brasileira resulta em diferença na conformação das bancadas ideológicas de esquerda, centro e direita.

Ao analisar a composição das bancadas partidárias da 51ª Legislatura na Câmara dos Deputados, Rodrigues (2002) constatou que os blocos ideológicos diferem entre si no tocante à profissão de seus membros: no período, a maior parte das bancadas do centro e da direita se compunha de empresários e funcionários públicos, enquanto os profissionais do magistério e os profissionais liberais estão mais bem representados na bancada de esquerda. O autor também mostra que níveis de educação e patrimônio declarado variam sensivelmente conforme a posição dos partidos no espectro ideológico: há um percentual maior de pós-graduados nas legendas de esquerda que, em contrapartida, tem menor taxa de parlamentares com altos patrimônios que as siglas de centro e direita.

Em estudo comparado do recrutamento de deputados no Brasil, no Chile e no Uruguai, Marengo e Serna (2007) reafirmam os dados de Rodrigues (2002) no tocante às diferenças na composição ocupacional das bancadas¹. Ademais, os autores mostram que, nos três países, as trajetórias típicas dos parlamentares na vida político-partidária, bem como seus padrões de relação com associações da sociedade civil, mudam conforme o bloco ideológico a que pertencem. Comparativamente, os parlamentares da direita se vinculam com menor frequência, e maior flexibilidade, a associações e a partidos políticos, apelando mais para o uso recursos pessoais nas disputas eleitorais. Os parlamentares de esquerda, em contrapartida, tendem a mostrar características opostas, com vínculos mais estreitos, antigos e estáveis com associações e partidos, lançando mão, em maior monta, de recursos coletivos na busca de ascensão política (Marengo e Serna, 2007).

Estudos dessa natureza fornecem dados importantes para se entender a morfologia da representação parlamentar. Sem dúvida, a preferência política e o desempenho dos representantes afetam e são afetados por seu *background* social e sua trajetória política – essa seria parte da explicação para as diferenças, acima apontadas, entre parlamentares de esquerda, centro e direita. A associação entre o perfil ideológico e as experiências e qualidades dos legisladores indica, ademais, que estas estão associadas ao comportamento parlamentar, especialmente no tocante a suas preferências políticas e a correspondente propensão para apoiar, ou não, determinadas políticas públicas. Conclui-se, daí, que estudar o perfil dos políticos recrutados às casas parlamentares é uma parte necessária do esforço para se entender a representação legislativa e as questões que ela suscita.

No Brasil, nesse campo de pesquisa há poucas publicações, que focalizam, quase sempre, a Câmara dos Deputados. A despeito da crescente atenção que tem sido dispensada ao Senado, ainda é tímida a produção sobre esta Casa se comparada à existente sobre aquela – fato este verdadeiro não apenas para o sistema brasileiro, mas para todas as democracias com legislativos bicamerais. O presente trabalho – ainda preliminar – representa uma tentativa de ajudar a suprir essa lacuna.

O texto está dividido em dois tópicos, além desta apresentação e da conclusão. No primeiro tópico, são analisadas as variáveis sociais relativas constitutivas do *background* dos senadores, comumente consideradas como influentes na atuação dos representantes parlamentares. No segundo tópico, será analisado o perfil da representação senatorial com base nos indicadores de experiência dos senadores em cargos políticos relevantes, eletivos ou não eletivos. Em ambos os

¹ Em alguns aspectos, os resultados dos dois estudos não são comparáveis, pois apresentam divergências na tipificação e agregação das ocupações (vide Marengo e Serna, 2007:97 e Rodrigues, 2002: 65).

casos, os dados serão avaliados de modo a permitir comparar as características dos blocos de esquerda, centro e direita atuantes no Senado entre 1989 e 2006².

Em suma, a questão presente é: no período em foco, qual o perfil da representação no Senado, tendo em vista a segmentação da representação entre esquerda, centro e direita? Em outros termos, que fatores afetam o recrutamento dos senadores conforme sua filiação ideológica? A análise que segue pretende esclarecer alguns aspectos da questão.

2 – Representação na Câmara Alta: a ideologia política e o perfil dos senadores

De 1989 a 2006 atuaram no Senado 256 parlamentares, de treze diferentes legendas. Em termos das legislaturas, o número nominal de partidos no período variou de nove (posse em 2002) a doze partidos (posse em 1990). Do total de senadores que passaram pela Casa, o maior percentual coube ao PMDB, seguido do PFL/DEM e do PSDB. A bancada do PT – praticamente empatada com o PP e o PPB – cresceu significativamente, mas apenas no final período em foco, tendo, por isso, pouco peso no cômputo geral.

Tabela I

Bancadas partidárias* (1989-2006)

Legenda	N	%
PMDB	78	30,5
PFL/DEM	55	21,5
PSDB	39	15,2
PT	19	7,4
PP	18	7,0
PTB	17	6,6
PDT	8	3,1
PDC	6	2,3
PSB	6	2,3
PL	5	2,0
PPS	3	1,2
PMB	1	0,4
PRN	1	0,4
Total	256	100,0

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br
*Considerada a filiação partidária no ato da posse.

No tocante à distribuição por blocos ideológicos, seguiu-se divisão reiteradamente adotada na literatura sobre o caso brasileiro, tal como em Santos e Almeida (2005) e Carreirão (2006). De

² Os dados foram coletados, basicamente, no site do Senado (www.senado.gov.br). Sempre que disponível, informações complementares foram extraídas nos sites pessoais dos senadores e no site da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br), nos casos de senadores com experiência nesta Casa.

esquerda foram considerados o PT, PDT, PSB, PPS; de centro o PMDB e o PSDB; de direita foram rotulados os seguintes partidos: PFL/DEM, PP, PTB, PDC, PL, PRN e PMB.

De acordo com os dados analisados, a direita, com sete partidos, mostra-se mais pluripartidária, pois recruta seus representantes em um número maior de legendas. Em seguida vem a esquerda representada em quatro legendas e o centro em duas. Interessante notar as diferenças entre o recrutamento dos senadores e o dos deputados, que indicam um padrão de acesso mais restrito ao Senado. No mesmo período, 38 partidos passaram pela Câmara. Destes, a maioria era de micro-partidos, que conseguem algum sucesso nas eleições proporcionais, mas não são competitivos para as eleições majoritárias do Senado. Essa baixa pluralidade partidária do Senado, se comparado à Câmara, afeta diretamente os graus de heterogeneidade intra-blocos ideológicos – que são menos fragmentados na Câmara Alta. Entre os deputados, houve vinte partidos de direita e nove de esquerda. Só o centro, com dois partidos, é igual nas duas casas.

Feita essa breve apresentação da composição partidária da Casa, passa-se, agora, à análise do perfil social dos senadores. Do total de 256, dois foram excluídos da análise por falta de informações sobre seu background e sua trajetória política. A tabela I mostra os 254 senadores restantes, por sexo e filiação ideológica.

Tabela II

Senadores e senadoras, por bloco ideológico (1989-2006)

Sexo	Bloco ideológico						Total	
	Esquerda		Centro		Direita			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	30	83,3	114	97,4	98	95,1	242	94,5
Mulheres	6	16,7	3	2,6	5	4,9	14	5,5
Total	36	100,0	116	100,0	102	100,0	254	100,0

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

Nota-se que a esquerda é mais aberta à ascensão feminina, pois contou 16,7% no montante de sua bancada, superando muito os 2,6% do Centro e 4,9% da direita – num total de 5,5% de mulheres na Casa. No entanto, no geral o número de mulheres é bastante reduzido frente ao de homens, mostrando que o Senado é uma arena conservadora no tocante à acessibilidade por gêneros, reiterando a hegemonia masculina na vida política brasileira em âmbito nacional. Na Câmara, dados de 2007 apontam apenas 45 deputadas, compondo meros 8,7% do total de 513 parlamentares (Simões e Matos, 2010). Dada a natureza do bicameralismo, não surpreende o fato de o Senado apresentar menor frequência de mulheres entre seus membros, posto se tratar, de uma casa mais conservadora, seja pela tradição ou pelas regras institucionais que estabelecem

mandatos longos e renovação parcial para a Casa. De toda forma, ressalta-se que a esquerda na Câmara Alta aparece como um canal privilegiado de acesso da mulher ao poder político federal.

A idade média do total dos senadores é 57,9 anos – numa variação de 39 a 85 anos –, bem acima da mínima de 35 anos exigida pela Constituição³. Esse valor varia significativamente conforme o bloco ideológico, mostrando que a esquerda é a bancada mais jovem, com média de 55,8 anos, frente à média de 59,3 anos de parlamentares do centro e de 57,4 da direita.

Tabela III

Idade média dos senadores, por bloco ideológico

		Esquerda	Centro	Direita	Total
N		36	116	102	254
Média		55,8	59,3	57,4	57,9
Desvio padrão		11,0	9,6	9,5	9,8
Mínimo		39,0	41,0	43,0	39,0
Máximo		83,6	84,6	84,1	84,6
Percentis	25	48,2	52,5	50,0	50,5
	50	54,5	58,5	54,5	56,5
	75	61,3	65,5	63,5	64,0

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

Seja no geral seja por blocos, os patamares de idade no Senado se mostram altos em absoluto, e também altos em relação à Câmara, onde a média de idade cai aproximadamente 5 anos. A média geral é de 53 anos. Por blocos, a esquerda também é mais nova entre os deputados, com média de 51,5 anos, o centro com 52,8 e a direita com 54,3⁴. Essas diferenças intercamerais expressam as disposições constitucionais que estabelecem idade de 21 anos para acesso à Câmara dos Deputados. O fato é que o maior tempo de espera para se ocupar pela primeira vez uma cadeira no Senado permite aos senadores – de qualquer posição ideológica – acumularem mais experiências que os deputados. Esse fato é compatível com o perfil geral esperado para a segunda casa: parlamentares mais maduros e experientes, que, em teoria, decidem com mais moderação e conhecimento de causa.

3 Constituição Federal, art. 14, § 3º: São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de: a) *trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador*; b) *trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal*; c) *vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz*; d) *dezoito anos para Vereador*.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos. (sem grifos no original).

⁴ Dados (amostrais) de survey aplicado na Câmara dos Deputados, em 2005, pela equipe do Centro de Estudos Legislativos da UFMG em parceria com pesquisadores da Universidade de Salamanca, Espanha. Foram entrevistados 134 deputados, escolhidos por amostragem aleatória simples, controlada por filiação partidária.

Outro fator de distinção no recrutamento parlamentar é o regionalismo político que, no Brasil, se expressa na regionalização de certas legendas. Isso se reflete em certo grau de regionalização das tradições ideológicas, como se pode aferir nos dados da tabela III. O poder eleitoral da esquerda é maior nas regiões Sudeste e Norte, onde foram eleitos, respectivamente, 25 e 33% de seus 36 parlamentares atuantes no período. A direita se destaca no Nordeste – e no Norte, onde empata com a esquerda em desempenho percentual. O centro também tem melhor desempenho no Nordeste, mas se distribui de forma mais homogênea que os demais blocos nas outras quatro regiões do país.

Tabela IV
Senadores, por região (1989-2006)

Regiões	Bloco ideológico						Total	
	Esquerda		Centro		Direita		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%
Centro-Oeste	6	16,7	20	17,1	14	13,6	40	15,6
Nordeste	6	16,7	37	31,6	32	31,1	75	29,3
Norte	12	33,3	24	20,5	34	33,0	70	27,3
Sudeste	9	25,0	23	19,7	12	11,7	44	17,2
Sul	3	8,3	13	11,1	11	10,7	27	10,5
Total	36	100,0	117	100,0	103	100,0	256	100,0
Total	36	100,0	116	100,0	102	100,0	254	100,0

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

Os dados convergem com a literatura (Tavares e Rojo, 1998; Rodrigues, 2002; Santos, 2002): maior força dos partidos de esquerda, especialmente o PT, no Sudeste, e dos partidos de direita, especialmente do PFL, no Nordeste. O centro se divide, com o PMDB tendo grande base no Nordeste e o PSDB no Sudeste. Essa configuração, no entanto, está longe de ser estática, haja vista os resultados das eleições de 2006 e 2010, favoráveis à esquerda (PT) no Nordeste, em detrimento da direita (PFL). O fato é que, com esse grau regionalização ideológica do período, e tendo em vista que o Senado é uma casa de representação de interesses estaduais – tendentes a se articularem em termos regionais (Cardoso, 2001) – muitas vezes, disputas de base ideológica podem assumir feições de disputas regionais. Isso pode se dar, por exemplo, na medida em que partidos mais à esquerda e/ou mais progressistas confrontam partidos mais à direita e/ou mais conservadores.

Classicamente, os estudos sobre a composição social das casas parlamentares analisam o nível de instrução formal dos parlamentares. A profissionalização da política, a competitividade da vida parlamentar e a complexidade das atividades desenvolvidas pelo Legislativo nas democracias contemporâneas (Weber, 1988; Polsby, 1968) aumentam a exigência por níveis de formação

elevados. Com isso, a despeito de a Constituição exigir apenas a alfabetização para se ter direito ao pleito, a baixa formação escolar e a falta de diplomas tendem a restringir o acesso ao Senado.

Tabela V

Nível de instrução completo, por bloco ideológico

Nível de escolaridade completo	Bloco ideológico						Total	
	Esquerda		Centro		Direita			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ensino médio	4	11,1	12	10,3	12	11,7	28	10,9
Graduação	18	50,0	69	59,0	53	51,5	140	54,7
Pós-graduação	14	38,9	30	25,6	34	33,0	78	30,5
Sem informação	0	0,0	6	5,1	4	3,9	10	3,9
Total	36	100,0	116	100,0	102	100,0	254	100,0

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

A idade mínima para concorrer ao cargo deve afetar também, e positivamente, a escolaridade. Enquanto os cidadãos podem disputar aos 18 para vereador e para deputado aos 21, os aspirantes a senadores, com 35 anos, têm ampliadas suas possibilidades de conclusão de cursos universitários de graduação e pós-graduação, antes de chegarem ao cargo. Portanto, os altos percentuais de escolaridade apresentados na tabela são esperados.

Ao todo, 85% dos senadores concluíram a algum curso universitário de graduação ou pós-graduação – doutorado, mestrado ou pós-graduação *lato sensu*. Com taxa de 89%, os senadores da esquerda aparecem como os mais escolarizados no nível universitário, inclusive com um maior percentual de pós graduados em suas fileiras. O centro e a direita não destoam muito, mas estão um pouco abaixo, respectivamente com 84,6% e 85% com, no mínimo, graduação completa. A categoria sem informação, na última linha da tabela, merece um comentário: há motivos para crer que se tratam de parlamentares com baixos graus de escolaridade – ensino médio ou menos – pois se percebe, nas fontes biográficas disponíveis, que os parlamentares tem certo orgulho e revelar seus altos graus de escolaridade, especialmente quando cursados no exterior. Em vários casos, quando tal informação está ausente nos dados biográficos disponibilizados na *homepage* do parlamentar no Senado, outras fontes, como o TSE, informam que o parlamentar tem apenas ensino médio. É possível afirmar, portanto, com alguma segurança, que parlamentares de centro e direita tem uma taxa maior de senadores que cursaram apenas o ensino médio ou menos.

A formação acadêmica dos parlamentares foi obtida num leque variado de escolhas de formação intelectual e profissionalização, fato este bastante compatível com a complexidade das sociedades modernas, que se refletem na variedade de temas politicamente relevantes. A variação observada na formação entre os senadores aponta, portanto, para certa convergência entre a morfologia da sociedade brasileira e a morfologia da assembléia de senadores – não obstante certos setores atualmente estratégicos, como a tecnologia de informação e as relações internacionais, tenham contato, cada um, com apenas um especialista na Casa.

As tabelas VI e VII apresentam os dados relativos à formação acadêmica e à profissão dos senadores. Essa tipificação apresenta certa superposição, pois em vários casos, a formação acadêmica corresponde à profissão declarada pelo parlamentar. Em outros casos, no entanto, a formação acadêmica não tem conexão evidente com a profissão – a atuação profissional empresários do setor agrícola, por exemplo, não correspondem à formação jurídica, por casos como este, optou-se por considerar formação acadêmica e atuação profissional como variáveis distintas, embora, vale repetir, haja significativas áreas de interseção entre elas. Por fim, vale esclarecer que os percentuais fecham em mais de 100%, porque vários parlamentares declaram mais de uma formação ou profissão.

Tabela VI

Nível de instrução completo, por bloco ideológico

Formação acadêmica (N=249)	Bloco ideológico						Total	
	Esquerda		Centro		Direita			
	N	%	N	%	N	%		
Direito	9	28,1	51	49,0	37	42,5	97	38,5
Economia	6	18,8	13	12,5	15	17,2	34	13,5
Engenharias	4	12,5	16	15,4	11	12,6	31	12,3
Medicina	6	18,8	11	10,6	14	16,1	31	12,3
Administração	4	3,1	14	13,5	15	17,2	31	12,3
Humanidades e artes	5	18,8	19	18,3	11	12,6	35	13,9
Ciências Naturais	6	18,8	2	2,0	6	6,8	14	5,6
Magistério	3	9,4	2	1,9	3	3,4	8	3,2
Formação militar	0	0,0	1	1,0	1	1,1	2	0,8
Ciências Exatas	0	0,0	0	0,0	1	1,1	1	0,4
Tecnologia de informação	0	0,0	1	1,0	0	0,0	1	0,4
Relações Internacionais	0	0,0	1	1,0	0	0,0	1	0,4
Total*	41	128,1	131	126,0	114	131,0	286	113,5

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

Segundo Rodrigues (2002), há formações especialmente vinculadas com a política, entre elas se destacam o jornalismo, o direito e o magistério. De fato, com exceção de alguns países, como Japão e França (com 6%), a formação jurídica se situa entre as mais comuns – e é, por vezes a

mais comum –, entre os parlamentares. Mas certamente o peso de cada uma dessas profissões na representação legislativa varia conforme o país. No caso do Senado brasileiro, destaca-se, com uma taxa de 38%, a formação na área das ciências jurídicas, fato esse já constatado em trabalho sobre a Câmara dos Deputados (Rodrigues, 2002; Santos, 2002) e sobre o Senado (Leany, 2001). Se seguem ao direito, com percentuais em torno dos 13%, os cursos de engenharia, medicina, economia, administração e humanidades.

Os blocos de centro e de direita são, em termos percentuais, mais frequentados pelos formados em ciências jurídicas e administração de empresas. A esquerda se destaca nas ciências naturais e no magistério. Nas outras áreas – especialmente economia, engenharia, medicina e humanidades – há uma distribuição mais equilibrada entre os blocos, embora um ou dois blocos às vezes se destaquem sobre o terceiro. Este é o caso, por exemplo, de economia e medicina, áreas em que a direita e a esquerda tem percentuais praticamente “empatados”, superando as taxas do centro. Considerando-se a dicotomia entre esquerda e direita como dicotomia entre progressistas e conservadores (Marengo e Serna, 2007; Tavares e Rojo, 1998), pode-se concluir que certas profissões não aparecem, no âmbito do Senado Federal, como particularmente associadas a quaisquer dessas posições políticas.

A experiência profissional dos parlamentares é, também, por motivos óbvios, uma variável central nas análises sobre recrutamento parlamentar e qualidade da representação. A alta complexidade das atividades parlamentares, refletida, afinal, nos sistemas de comissões temáticas (Polsby, 1968; Smith e Derring, 1985; Rosenthal, 1978), exige especialização que se alcança efetivamente através das vivências socio-profissionais dos parlamentares, especialmente no âmbito de suas atividades econômicas. A tabela VII apresenta uma agregação os parlamentares conforme seus campos mais amplos de atuação – claramente, a tipificação adotada (conforme Marengo e Serna, 2007) reduz arbitrariamente os campos de formação profissional, ao agregar, por exemplo, “profissões econômicas e sociais”. Tal agregação, no entanto, tem a vantagem de simplificar a análise e permitir uma comparação mais parcimoniosa entre os blocos.

Tabela VII

Nível de instrução completo, por bloco ideológico

	Esquerda		Centro		Direita		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Empresários	4	11,2	61	52,5	43	42,2	108	42,5
Funcionários públicos	1	2,8	4	3,4	12	11,8	17	6,7
Profissional liberal	19	52,7	57	49,1	48	47,1	124	48,8
Profissões econômicas e sociais	25	69,4	71	61,1	64	62,7	160	63,0
Trabalhadores	4	11,2	0	0	2	2,0	6	2,4

Outros	0	0	1	0,9	4	4	5	2
--------	---	---	---	-----	---	---	---	---

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

Em correspondência com estudos supracitados sobre a Câmara (Marengo e Serna, 2007; Rodrigues, 2002; Santos, 2002), as profissões econômicas e sociais e as profissões liberais dominam, sendo que os senadores da esquerda são levemente mais propensos a acumular experiências nessas áreas. Os de esquerda se destacam também em relação ao número de senadores advindos da chamada classe trabalhadora – metalúrgicos, comerciários e afins. A direita no Senado se diferencia pelo maior percentual de funcionários públicos e pelas altas taxas de empresários do setor agrário, da construção civil, da indústria, dos transportes, entre outros.

Enfim, no tocante às diferenças entre os segmentos ideológicos da representação senatorial, notam-se diferenças correspondentes ao que se sabe sobre a Câmara dos Deputados. Em alguns casos, notam-se diferenças acentuadas, como em certos – mas não todos – campos de formação acadêmica (direito, por exemplo) ou em certos casos de ocupação profissional (de empresários e de trabalhadores assalariados, por exemplo). No entanto, em muitos casos, essas diferenças não existem ou não são ostensivas a ponto de indicarem divergências entre esquerda e direita. Entre estes casos “homogêneos”, podem ser citados a alta escolaridade geral dos senadores e as altas médias de idade. Em tese, essa mescla entre as características diferenciadas e as compartilhadas pelos segmentos ideológicos da casa podem ser positivos, quando se tem em vista que uma combinação equilibrada das diferenças com os pontos comuns no *background* dos parlamentares pode viabilizar um equilíbrio entre a representação da pluralidade social brasileira, de um lado, as bases de igualdade mínima necessária para o encaminhamento das negociações com a moderação presumida nas deliberações senatoriais. Essa é, claro, apenas uma hipótese – bastante genérica – que não se pode testar neste trabalho.

3 – A ideologia e a experiência política dos senadores

Este tópico trata de dados relativos ao perfil propriamente político dos senadores que atuaram no Senado entre 1989 e 2006. O objetivo é mostrar as trilhas percorridas pelos parlamentares previamente à sua passagem pelo Senado, de modo a se conhecer as experiências acumuladas pelos senadores ao longo de sua vida política prévia à de senador. Experiências dessa natureza são importantes à atuação política, pois implicam aprendizado na lida direta com o poder e com os processos de tomadas de decisões que envolvem agentes legislativos, executivos e da sociedade civil. Um dos fatores que caracterizam a política como profissão é que ela demanda experiência na atuação política em si mesma, no conhecimento dos meandros do Estado e dos processos decisórios democráticos. Enfim, a política profissional é melhor desenvolvida na medida em que seus atores se integram a uma “classe política” (Michels, 1972) e são nelas

socializados. Alguns indicadores da inserção, ou não, dos senadores na classe política brasileira são apresentados nas tabelas que seguem.

A primeira tabela mostra a distribuição dos titulares e suplentes, conforme os campos ideológicos. Houve, em todo o período, um número alto de suplentes atuantes: cerca de 23% dos senadores estavam nesse *status* de mandato. Pode-se obstar à inclusão dos suplentes na análise, pois eles não estão sujeitos à disputa eleitoral da mesma forma que os titulares, raramente aparecem nas campanhas e são muitas vezes totalmente desconhecido dos eleitores. No entanto, a forma pouco democrática com que são recrutados não altera em nada suas atribuições como senadores. Com a exceção do fato de que não são “donos” do cargo, devendo sair quando o titular reivindicar seu cargo, um suplente pode (e em certos aspectos *deve*) tomar qualquer decisão que cabe ao senador. Com uma mobilização tão grande de suplentes, entender a qualidade da representação senatorial exige considerar os suplentes que fazem parte da Casa.

Tabela VIII

Suplentes e titulares, por bloco ideológico

Status do mandato	Bloco ideológico						Total	
	Esquerda		Centro		Direita		N	%
	N	%	N	%	N	%		
Titular	30	83,3	91	77,8	77	74,8	198	77,3
Suplente	6	16,7	26	22,2	26	25,2	58	22,7
Total	36	100,0	116	100,0	102	100,0	254	100,0

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

Segundo a tabela, o percentual de suplentes vai aumentando à medida que se passa da esquerda para a direita do espectro ideológico: senadores da esquerda são os que mais aproveitaram seus mandatos, pois convocaram suplentes para as cadeiras de 16,7% dos eleitos; a direita está bem acima, com 25,2% de suplentes entre suas fileiras, considerado o período como um todo. Há diversos motivos para a convocação de um suplente. Conforme a Constituição Federal de 1988, art. 56:

Não perderá o mandato o Deputado ou Senador: I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária; II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa. § 1º *O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias* (sem grifos no original).

Dentre todos os motivos listados acima, alguma atenção à política brasileira permite afirmar com razoável segurança que a maior parte dos afastamentos dos titulares decorrem da sua indicação para cargos do alto escalão ou da renúncia ao cargo para ocupar cargos nos executivos subnacionais, especialmente nos estados. Os dados apresentados nas tabelas seguintes trazem

mais informações para a análise da vinculação entre os senadores e a atuação política extralegislativa.

Tabela IX

Experiência prévia em cargos da administração pública

	Bloco ideológico						Total	
	Esquerda		Centro		Direita			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ministério	6	16,7	15	12,9	16	15,7	37	14,6
Secretaria Federal	0	0,0	2	1,7	1	1,0	3	1,2
Secretaria Estadual	8	22,2	28	24,1	30	29,4	66	26,0
Secretaria Municipal	0	0,0	3	2,6	2	2,0	5	2,0
Órgão público	6	16,7	17	14,7	19	18,6	42	16,5
Sem experiência	16	44,4	51	44,0	34	33,3	101	39,8
Total	36	100,0	116	100	102	100	254	100,0

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

Importa esclarecer que, para a tabela IX, foi considerada apenas a experiência no cargo mais alto – um senador que tenha ocupado uma secretaria estadual e um ministério foi computado apenas como ex-ministro. A categoria “órgão público” abarca cargos de chefia em toda empresa ou órgão cujo posto máximo é ocupado por nomeação política, tais como a Petrobrás, empresas de saneamento, distribuidoras de energia, etc.

Considerando todos os cargos listados, 55,6% dos senadores de esquerda e 56% já haviam tido alguma experiência em cargos políticos não eletivos. Na direita o percentual é de 66,7. No total, pouco mais de 60% dos senadores lideraram cargos públicos importantes antes de chegarem ao Senado – ou durante os mandatos⁵.

Cerca de 15% dos senadores foram ministros, sendo que a esquerda e a direita estão levemente acima dessa média, com 16,7% e 15,7% respectivamente, enquanto o centro está levemente abaixo, com 13%. O cargo mais freqüentado foi o de secretário estadual, cujo percentual sobe da esquerda para direita, indo de 22% a 30% de um extremo a outro do espectro. Os percentuais de ocupação de chefia em órgãos públicos (com média de 16,5) diferem apenas levemente os blocos, com a esquerda no ponto intermediário entre os demais segmentos ideológicos.

⁵ Um dos objetivos da análise é saber quais experiências podem ter afetado o desempenho dos senadores, *enquanto senadores*. Por isso, foram considerados apenas aqueles cargos eletivos e não eletivos ocupados anteriormente à entrada no Senado. Foram considerados também os cargos ocupados durante o mandato – como o de ministro, por exemplo –, desde que o senador tenha voltado à sua cadeira, de modo a ter tido alguma chance de aplicar na sua prática legislativa o conhecimento adquirido no cargo ocupado externamente ao Senado.

As diferenças entre os blocos são bem mais expressivas quando se consideram os cargos eletivos do poder Executivo – prefeito, governador e presidente da república. Os parlamentares do centro e da direita tem larga vantagem sobre os da esquerda: os valores são de 42,2, 43,1, e 22,2%, respectivamente. Os cargos de governador e de prefeito foram experimentados em percentuais equivalentes (entre 25 e 28%), entre esquerda e direita. Os membros da esquerda, considerando os senadores que atuantes até 2006, teve pouca experiência no Executivo estadual (8% da bancada) e um pouco mais (19,4%) no âmbito municipal. Apenas um presidente passou pelo Senado após o fim do mandato presidencial: José Sarney, do PMDB⁶.

Tabela X

Experiência previa em cargos de chefia do Executivo, por bloco ideológico

Cargo	Bloco ideológico						Total	
	Esquerda		Centro		Direita			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Presidente	0	0,0	1	0,9	0	0,0	1	0,4
Governador	3	8,3	33	28,4	28	27,5	64	25,2
Prefeito	7	19,4	32	27,6	26	25,5	65	25,6
Sem experiência	28	77,8	66	56,9	57	55,9	151	59,4
Total	38	105,6	132	113,8	111	108,8	281	110,6

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

O quadro muda com a tabela XI, que mostra o perfil dos blocos em relação à trajetória na carreira legislativa (os percentuais ultrapassam os 100% porque vários senadores passaram por mais de um nível de governo). De início, vale ressaltar o alto percentual (64,5%) de senadores que ocuparam outros cargos legislativos antes de atuarem no Senado. Vale notar, ainda, que, nesse caso, os senadores da direita, com uma taxa de 60,8%, mostram-se os menos experientes; os da esquerda vêm em segundo lugar, com 63,9%; atrás dos representantes do centro, dos quais 67,2% passaram por outros cargos eletivos nos legislativos federal, estadual ou municipal.

Tabela XI

Experiência previa em cargos parlamentares, por bloco ideológico

Nível	Bloco ideológico						Total	
	Esquerda		Centro		Direita			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Deputado federal	13	36,1	53	45,7	45	44,1	111	43,7
Deputado estadual	9	25,0	45	38,8	27	26,5	81	31,9
Vereador	4	11,1	15	12,9	10	9,8	29	11,4
Sem experiência	13	36,1	38	32,8	40	39,2	91	35,8
Total	36	108,3	116	130,2	102	119,6	254	122,8

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

⁶ Fernando Henrique Cardoso foi senador no período, mas não voltou ao Senado depois de ter sido ministro e de ter exercido a presidência da República. Por isso, essas experiências não constam em seu repertório no banco de dados.

A tabela XI revela que o cargo de vereador não é muito freqüente como trampolim inicial para a carreira de Senador. Ao todo, apenas 11,4% deles tiveram alguma experiência nos legislativos municipais, sendo que os valores, por blocos, não destoam muito da média. As assembleias estaduais e a Câmara dos Deputados são as mais visadas como ponto de partida da carreira legislativa: antes de serem senadores, cerca de 32% foram deputados estaduais e 44% foram deputados federais. Todos os blocos expressam um alto percentual de experiência de seus parlamentares, mas a esquerda está em média 10 pontos abaixo do centro e da direita em relação às experiências na Câmara dos Deputados e cerca de 13 pontos abaixo do Centro em relação às experiências nas assembleias estaduais.

Considerada a especificidade das atividades parlamentares frente às dos demais cargos públicos, e considerando-se a importância da experiência para a profissionalização dos legisladores, os dados apresentados nas tabelas X e XI são favoráveis à esquerda, cujos membros se mostram mais fiéis às carreiras legislativas e, portanto, mais propensos à serem *experts* no parlamento.

Vale chamar atenção para o fato de que os percentuais mostrados indicam a experiência como dicotômica, em termos de *sim* ou *não*, não permitindo avaliar o tempo de atuação em cada cargo. Isto é, pelas tabelas é possível saber quantos senadores foram deputados federais, mas não é possível saber quantos mandatos eles tiveram na Câmara. Logicamente – e isso provavelmente aconteceu – a insistência em manter-se em um cargo, digamos, o de deputado federal, reduz as oportunidades de o parlamentar adquirir experiência em outros cargos; a opção por uma carreira no legislativo anula as possibilidades de experiências no Executivo. Sabendo-se que os políticos de esquerda tiveram poucas oportunidades para se fazerem politicamente por terem sido perseguidos no regime militar, é razoável imaginar que, com a recente abertura democrática, os cargos proporcionais seriam os mais viáveis para a entrada nas disputas políticas. Esse dado pode ser um dos motivos pelos quais se nota, por parte dos senadores de esquerda, maior acúmulo de experiência em cargos legislativos eleitos pelo sistema proporcional.

Em contrapartida, a trajetória típica dos parlamentares de centro e de direita, que oscilam mais entre os dois poderes, também apresenta seus ganhos. Tendo em vista a natureza das relações entre Executivo e Legislativo no Brasil, com um alto grau de interferência dos chefes de governo na agenda parlamentar (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2001; 2003; Andrade, 2000), as experiências no Executivo por parte dos parlamentares de centro e de direita implica ganhos importantes de *expertise* relativamente às negociações entre o governo e suas bases de apoio no legislativo. Se por um lado tal trajetória inibe a profissionalização legislativa *stricto sensu*, aumentando a autonomia e a eficiência do parlamento, por outro, ela tende a aumentar as

habilidades dos políticos para abrir canais de negociação entre os poderes, o que, afinal, é fundamental no funcionamento do presidencialismo de coalizão.

A tabela XII apresenta os últimos dados a serem analisados aqui, relativos ao tempo de mandato no Senado, isto é, qual a média de “senioridade” dos senadores na representação senatorial, especificamente. No Senado, não há regras que atribuem aos mais antigos na Casa – ou mesmo nas comissões – qualquer vantagem sobre os demais. Isso acontece apenas em casos eventuais de acefalia, quando falta o presidente da Casa ou das comissões, por exemplo. Mas mesmo nesse caso, o indicado fica no poder apenas até se regularizar a situação. A despeito de não ter vantagens significativas institucionalizadas na organização interna do Senado, a senioridade é uma variável fundamental na atuação legislativa, tanto pela especialização e pela experiência que ela prenuncia quanto pelo prestígio, pela inserção no grupo dos pares e, por consequência, pela influência dos parlamentares seniores no jogo parlamentar (Smith e Dering, 1985). Assim sendo, a inexistência, no Senado brasileiro, de qualquer vantagem formal dos mais antigos de casa não invalida a importância dos ganhos trazidos pela experiência compartilhada com os pares.

Os dados mostram que o tempo médio (7,6 anos) dos mandatos é muito baixo, considerando-se que os mandatos na Casa são de 8 anos. Apenas o centro apresenta um tempo médio superior ao tempo normal dos mandatos. A esquerda e a direita estão abaixo da média, com 6,0 e 7,4 anos, respectivamente. Em todos os blocos ideológicos, o tempo de mandato 1 a 24 anos de Senado, isto é, a três mandatos, em geral sucessivos.

Tabela XII

Tempo de mandato, por bloco ideológico

	Esquerda	Centro	Direita	Total
N	36	117	103	256
Média	6,0	8,4	7,4	7,6
Desvio padrão	4,1	5,5	4,6	5,0
Mínimo	1	1	1	1
Máximo	24	24	24	24
Percentis	25	4	4	4
	50	4	8	8
	75	8	10	8

Elaboração própria (2010), a partir de dados disponíveis em www.senado.gov.br

Os percentis esclarecem melhor a distribuição da experiência dos senadores na própria casa: na esquerda, a mediana indica que 50% ou mais dos analisados tem no máximo 4 anos de mandato; no centro, os números são mais favoráveis, pois a mediana de 8 e o terceiro quartil de 10 mostra que a metade ou mais dos senadores tem mais de 8 anos de casa e, destes, pelo menos os 25% mais experientes tem mais de 10 anos no Senado. A direita também fica em vantagem similar em

relação à esquerda, com a diferença de que seus senadores com mais de 10 anos de experiência no ofício não chegam a 25% da bancada.

A explicação para os mandatos mais curtos da esquerda está no fato de que só recentemente as condições políticas tem sido favoráveis à livre participação de seus candidatos na disputa eleitoral. Enquanto políticos de esquerda tinham suas aspirações eleitorais cerceadas pelo regime militar, muitos senadores do centro e da direita – ativos no período em análise – estavam acumulando experiência em cargos políticos, seja no Senado, em particular, seja nas diversas outras instâncias existentes na estrutura federativa do Estado brasileiro. Provavelmente, todas as demais variáveis sendo controladas, essas discrepâncias nos graus de “senioridade” diminuirão com o tempo, à medida que gerações sucessivas da classe política, independentemente de sua filiação ideológica, forem se socializando na disputa pelo poder usufruindo das mesmas liberdades competitivas.

4 – Conclusão

O trabalho analisou dados sobre o *background* social e sobre a trajetória política dos 256 senadores que atuaram no Senado entre 1989-2008, visando conhecer os padrões de recrutamento dos membros da Casa e seus efeitos na configuração dos blocos parlamentares de esquerda, centro e direita. A análise mostrou que, não obstante certos pontos comuns entre os três segmentos ideológicos, há diferenças importantes, várias das quais já apontadas pela literatura – na qual constam, basicamente, estudos sobre a Câmara de Deputados, dada a quase total inexistência de trabalhos voltados à composição do Senado no Brasil. O trabalho analisou dois grupos de variáveis, as sociais e as propriamente relacionadas às experiências dos senadores na vida política prévia a sua entrada no Senado.

No tocante às variáveis sociais, em termos agregados, os dados sobre parlamentares de esquerda mostraram que, a despeito da reduzida presença de mulheres nas cadeiras do Senado, esse segmento ideológico é o mais propício à ascensão das mulheres à representação senatorial.

Os níveis de educação dos senadores são, em geral, muito altos, sendo que a esquerda apresentou discreta vantagem, com maior percentual de pós-graduados e menor percentual de parlamentares com apenas ensino médio ou menos.

Quanto à idade média, notou-se que os senadores são mais maduros que o mínimo exigido pela lei (39 anos). A média geral de idade é de 58 anos, variando dos extremos 56, da esquerda, e 59, do centro. O valor referente à direita fica mais perto da média: 57 anos. Os parlamentares da

esquerda, portanto, são em média mais novos que os dos demais segmentos. Foi notado, ainda, que esses valores ficam em torno de 5 pontos (anos) acima dos valores relativos aos deputados, indicando que as exigências legais relativas à idade mínima tem relações diretas com a média de idade dos representantes nas duas casas.

A origem regional dos senadores também tem relações diferenciadas com seu rótulo ideológico. A despeito do fato de que certas regiões são equilibradamente representadas (em termos dos percentuais de cada bancada) por senadores de dois ou três blocos ideológicos, ficou claro – em conformidade com a literatura – que, no período em foco, a direita foi mais bem sucedida nas eleições nordestinas enquanto os partidos de esquerda foram mais bem sucedidos no Sudeste.

Sobre a formação acadêmica e atuação profissional dos Senadores, ficou claro que no Senado brasileiro, como as pesquisas sobre outros países têm mostrado (Rodrigues, 2002), há algumas profissões especialmente ligadas à política. Destacou-se, nos dados, a formação jurídica, que foi a escolha mais frequente dos senadores – sendo que os percentuais do centro e da direita estão bem acima dos da esquerda. O centro e a direita se destacaram, também, no percentual de administradores, bem acima dos presentes na esquerda. A esquerda, por sua vez, se despontou por apresentar um percentual relativamente alto de senadores formados em ciências naturais, como geologia, física, biologia, etc. Outras profissões muito frequentes – como engenharia, economia, administração e magistério – são distribuídas de forma mais equilibrada entre os segmentos ideológicos, embora, por vezes, um ou dois blocos se sobressaíam em relação ao(s) outro(s).

No campo da atuação profissional, houve também profissões que apresentaram baixos graus de afinidade específica com algum segmento ideológico no Senado. Entre essas estão as profissões liberais, como a advocacia, e as profissões econômicas e sociais, como a administração e o magistério. Em contrapartida, houve também campos de atuação profissional fortemente associados à ideologia. Entre essas estão os empresários dos mais diversos setores da economia, que são basicamente do centro e da direita e, do outro lado, os trabalhadores, que embora poucos em termos absolutos, ocupam um percentual maior da bancada de esquerda (11%) que das demais (0% e 2%).

No tocante às experiências acumuladas na trajetória política dos senadores, antes de ingressarem o Senado ou durante os mandatos, foram observadas algumas variáveis, como *status* do mandato, se suplente ou titular, bem como a experiência dos senadores em cargos eletivos e não eletivos, além do tempo de mandato no senado.

Sobre a suplência, é crítico o fato de que 20% das vagas senatoriais foram ocupadas por suplentes entre 1989 e 2006. Os senadores de esquerda aproveitam mais seus mandatos, invocando menos os suplentes – cerca de 18 por cento, enquanto o centro e a direita mobilizaram, respectivamente, 22 e 25% dos seus.

Em relação à trajetória política, notou-se, para o conjunto dos representantes analisados, grande *expertise* oriunda da participação em instâncias burocráticas ou propriamente representativas, do Legislativo e do Executivo nos três níveis da federação. Em relação aos cargos não eletivos, não se observaram diferenças significativas entre os blocos ideológicos: nos três, o conjunto dos senadores apresenta percentuais próximos de experiência prévia como ministros, secretários estaduais e chefes de órgãos públicos diversos. No tocante à ocupação de chefia do poder Executivo, nos três níveis da federação, percebeu-se uma diferença mais consistente entre os blocos: no centro e na direita, é mais comum a presença de parlamentares que ocuparam cargos – o de prefeito, de governador e mesmo, em um caso, de presidente. No caso do legislativo não há diferenças notórias, pois parlamentares de esquerda, centro e direita demonstram grandes percentuais (cerca de 65% deles) passaram por um ou mais dos cargos – por um ou mais mandatos.

Por fim, vale ressaltar que, na média, o tempo de experiência acumulada dos senadores é bastante reduzido, especialmente tendo-se em conta o mandato de oito anos. A bancada de esquerda é a menos “senior”, com média de 6 anos, em seguida vem a direita, com mandatos médios de 7,4 e a direita, com 8,4. Acredita-se que o baixo indicador de senioridade da esquerda tenha a ver com a recente democratização do país. Acredita-se, ademais, que esses números serão mais altos com o tempo de vigência da democracia brasileira. De toda forma, no geral, até então, o tempo médio de persistência no Senado é muito baixo para parlamentares dos quais se espera experiência e conhecimento de causa para atuarem como revisores da primeira câmara mais passional e inexperiente, conforme argumentam os defensores do bicameralismo.

Referências bibliográficas

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (1988), Brasília: Imprensa no Senado Federal. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 52 de 08 de março de 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza. (2006), Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, abril/maio, p. 136-163.

COX, Gary & MCCUBBINS, Matheu. (1993), *Legislative leviathan: party govern in the House*. Berkeley: University of California Press.

FENNO, Richard F. Jr. (1973), *Congressmen in committees*. Boston, Little Brown.

GILLIGAN, Thomas e KREHBIEL, Keith.(1987), "Collective decision-making and standing committees: an informational rationale for restrictive amendment procedures". *Journal of Law Economics and Organization*, 3:2, pp. 287-335.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, FGV.

KREHBIEL, Keith. (1991), *Information and legislative organization*. Ann Arbor: The University of Chicago Press.

LEMOS, Leany Barreiro. (2001), "O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: Uma Análise Distributivista". *Dados*, vol. 44, no 3, pp. 561-605.

LEMOS, Leany Barreiro (2008). O sistema de comissões no Senado brasileiro: hierarquia e concentração de poderes nos anos 90. In: LEMOS, Leany Barreiro (org). *O Senado Federal no Pós-Constituinte*. Brasília: Senado Federal, Unilegis.

LEMOS, Leany Barreiro (org). (2008), *O Senado Federal no Pós-Constituinte*. Brasília: Senado Federal, Unilegis.

LEMOS, Leany Barreiro e RANINCHESKI, Sônia. (2008), Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo da composição do plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 90. In: lemos, Leany Barreiro (org). *O Senado Federal no Pós-Constituinte*. Brasília: Senado Federal, Unilegis.

POLSBY, Nelson. (1968). The institutionalization of the U.S. House of Representatives. *American Political Science Review*, vol. 62, nº1, pp. 47-60.

MICHELS, Robert. (s/data). *Os partidos Políticos*. São Paulo: Ed. Senzala.

ROSENTHAL, Alan. Legislative behaviour and legislative oversight. *Legislative Studies Quarterly*. 1981, vol. 4, n.1: 115-131.

SANTOS, Fabiano. (2000), Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99, in: Renato BOSCHI (et al.): *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, p. 91-117.

SANTOS, Fabiano (org). (2001), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidades e convergências*. Rio de Janeiro: FGV.

SANTOS, Fabiano Mendes e ALMEIDA, Acir. (2005), Teoria Informacional e a Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 4, pp. 693 a 735.

SHEPSLE, K. & Weingast, B. (1995), *Positive theories of congressional institutions*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

SMITH e DEERING. (1985), *As comissões do Congresso dos Estados Unidos*. Brasília: Senado Federal, 1985.

TAVARES, José Antônio Giusti, ROJO, Raúl Enrique (orgs.). (1998), *Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul*. Rio de Janeiro: FGV.

WEBER, Max. (1998), A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara-Coughart.